

ESTADO DE GOIÁS

ANEXO II - METAS FISCAIS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2011

- DEMONSTRATIVO DA RENÚNCIA DE RECEITA - Demonstrativo de Benefícios Tributários

A legislação tributária goiana considera benefício fiscal o subsídio concedido pelo Estado, na forma de renúncia total ou parcial de sua receita decorrente do imposto, relacionada com incentivo em futuras operações ou prestações nas atividades por ele estimuladas. Consoante esse conceito, os benefícios fiscais literalmente previstos pelo Código Tributário do Estado de Goiás (Lei n.º 11.651, de 26 de dezembro de 1991), são os seguintes:

- I - a isenção;
- II - a redução da base de cálculo do imposto;
- III - o crédito outorgado;
- IV - a manutenção de crédito;
- V - a devolução total ou parcial do imposto.

Essa mesma norma equipara a dilação de prazo para pagamento de imposto, bem como a exoneração, a dispensa, a redução, a eliminação, total ou parcial, do ônus do imposto devido na respectiva operação ou prestação, a benefício fiscal.

Dos benefícios listados, a devolução total ou parcial do imposto nunca foi concedido e a manutenção de crédito visa apenas manter o princípio da não-cumulatividade do imposto, razão pela qual quantificaremos apenas a isenção, a redução da base de cálculo e o crédito outorgado. O quadro a seguir apresenta os valores encontrados.

ANO	BENEFÍCIOS FISCAIS CONCEDIDOS			
	ISENÇÃO	CRÉDITO OUTORGADO	TOTAL	VARIAÇÃO
2011	4.162.765.758,27	1.383.145.269,45	5.545.911.027,72	-
2012	4.350.090.217,39	1.445.386.806,58	5.795.477.023,97	4,5%
2013	4.545.844.277,17	1.510.429.212,87	6.056.273.490,05	4,5%

Relativamente à isenção (que inclui a redução da base de cálculo) deve ser observado que o valor encontrado está superestimado, problema que não tivemos condição de expurgar com os instrumentos que dispomos atualmente. Com efeito, se é concedida uma isenção ou uma redução da base de cálculo na fase intermediária do processo de circulação de mercadoria, a tributação posterior anula esses benefícios. Entretanto, como é impossível, no estágio atual, separar o benefício concedido na fase intermediária daquele efetivamente concedido, optou-se por apresentar o valor encontrado, embora reconhecendo que o mesmo não reflita fielmente a realidade.

Cabe, também, observar que esses benefícios são antigos, anteriores inclusive à edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, e não comprometem as metas fiscais estabelecidas pelo Estado, uma vez que os mesmos já estão expurgados da receita estimada.

A sua projeção para os exercícios de 2011 a 2013 apenas indica a sua continuação ao longo desse período, sobretudo porque muitos deles têm prazo de vigência indeterminado e, aqueles que têm prazo determinado, estão geralmente sendo prorrogados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ.